

= COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL=

PARECER № 004/2025 - DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLIRF.

REF. PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO № 001/2025. AUTOR: VEREADOR JERRY ADRIANO ARAUJO DOS SANTOS

A Comissão de legislação, justiça e redação final, no uso de suas atribuições na esfera administrativa desta Casa de Leis, em análise ao Projeto de Lei nº 001/2025, apresenta à Mesa Diretora o presente Relatório, com as recomendações que lhe compõem, a saber:

I - PARECER DO RELATOR, VEREADOR LAUDI JOSÉ WITECK:

INTRODUÇÃO

Recebi e relato o Projeto de Lei do legislativo Nº. 001/2025, da autoria do Vereador JERRY, para que seja tramitado e votado pelo Poder Legislativo Municipal, conforme os trâmites legais.

Referido PL dispõe sobre a apreensão de motocicletas com escapamento adulterado no Município de Tucumã/PA, estabelece penalidades e dá outras providências.

Analisando a matéria em epígrafe vimos que mesma vai ao encontro das necessidades da comunidade do nosso Município e do ordenamento jurídico, logo, a propositura reúne condições de prosseguimento.

A proposição legislativa é de notória relevância social, a proposição em questão merece ser aprovada por esta casa de leis.



Prefacialmente, importante destacar que o exame das comissões cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal.

Outrossim, a opinião exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Sobre o mérito, opino pela sua aprovação, pois o presente Projeto de Lei, tem por finalidade combater a circulação de motocicletas com escapamento adulterado ou modificado, situação que vem gerando constantes reclamações por parte da população, em razão do elevado nível de ruído produzido e do consequente transtorno à ordem pública.

O escapamento irregular provoca poluição sonora, prejudicando o sossego, a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos, além de gerar riscos à segurança no trânsito. O barulho excessivo, especialmente no período noturno, causa perturbações a trabalhadores, estudantes, idosos, crianças e enfermos, caracterizando grave violação ao direito ao descanso e à tranquilidade.

Embora o Código de Trânsito Brasileiro e as-normas do Conselho Nacional de Trânsito já prevejam regras gerais para o uso adequado de escapamentos, cabe ao Município, no exercício de sua competência para legislar sobre o interesse local, estabelecer mecanismos complementares de fiscalização e penalidade, de forma a tornar a legislação mais eficaz e próxima da realidade da comunidade.

Competência para legislar aferida, redação escorreita, ausência de qualquer vício de constitucionalidade, logo, o referido processo reúne todos os requisitos legais para ser pautado, discutido e votado pelo plenário desta Casa de Leis.



Este é o parecer. Salvo melhor juízo do Soberano Plenário.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2025.

LAUDI JOSÉ WITECK RELATOR-CLJRF

Pelas Conclusões:

ADRIANO GONÇALVES PINHEIRO
PRESIDENTE-CLJRF

BRUNO DA SILVA COSTA SECRETÁRIO-CLIRF